



NÚCLEO DE ESTUDOS
**SOBRE GÊNERO E
SEXUALIDADE**
DO IFSP

QUEM SOMOS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS), é formado por docentes, técnicos e estudantes. Nossa atuação visa ao combate à violência e à discriminação de gênero. Nossos principais objetivos são promover ações que garantam uma educação inclusiva; estimular a produção científica relativa à temática do núcleo, bem como a participação das mulheres e LGBTIQ+ no campo da Ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor ações para o cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa. Com propostas de práticas formativas e informativas, o NUGS tem como missão sensibilizar a comunidade do IFSP para a temática, além de contribuir na construção de uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural.

Nesta edição

Gênero e Sexualidade na Escola

- Perspectivas psicossociais sobre saúde LGBTIQ+
- Gênero, sexualidade e raça em *podcasts*

Vozes de Luta

- Nome social: um depoimento
- Por uma educação antirracista: entrevista com Caroline Jango

NUGS Indica

Expediente

Elaborado por
Comunicação NUGS

Editorial
Tais Matheus da Silva

Participam desta edição
Agnes Cruz de Souza
Ana Katryna Cabrini
Caroline Felipe Jango da Silva
Marcos da Cruz Alves Siqueira

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Grupo de Pesquisa do IFSP de Boituva debate perspectivas psicossociais sobre saúde LGBTI+

Profa. Dra. Agnes Cruz de Souza

O Grupo de Pesquisa Educação, Política e Sociedade (GPEPS/IFSP-BTV) recebeu no dia 20 de abril de 2020, por videoconferência realizada via plataforma Google Meet, a psicóloga e pesquisadora Yasmin Aparecida Cassetari da UNESP - Campus Assis, onde cursa doutorado em Psicologia e Sociedade para debater aspectos de pesquisas realizadas em seu mestrado e em andamento no seu doutorado, relativas à saúde psicossocial da população LGBTI+.

A discussão proposta pela psicóloga focou nos aspectos que permeiam a relação saúde mental e pessoas LGBTI+. Foram apresentadas questões relativas à orientação sexual, identidade de gênero, LGBTfobia e políticas nacionais de saúde integral LGBT.

A exposição foi complementada através da exibição do curta "Love is all you need?" (SHIELDS, K. R., USA, 2011) em que padrões sociais, familiares e da escola foram colocados em questão visando compreender o elo entre pedagogia, violência e normalidade que culminam em processualidades



material de divulgação

suicidas na população LGBTI+. As políticas nacionais de saúde integral foram apresentadas e discutidas, bem como o panorama contínuo de sucateamento e desmonte de programas protetivos direcionados para pessoas LGBTI+.

Tratou-se de fundamental debate promovido no âmbito do GPEPS, levando-se em conta o papel da instituição em promover e elencar tais temas, a realidade que enfrentamos não só em nosso país, mas mundialmente, ancorada no avanço de pautas conservadoras, disseminação de preconceitos e estereótipos que propagam LGBTfobias internalizadas tanto na esfera social, quanto na psíquica, muitas vezes contribuindo para quadros de auto-sabotagem, rejeição de si e rejeição da orientação e/ou de identidade de gênero e/ou corporeidades das pessoas LGBTI+. 

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

O ensino de gênero, sexualidade e raça por meio de podcasts no IFSP de Ilha Solteira-SP

Prof. Me. Marcos da Cruz Alves Siqueira

O projeto começou com uma pergunta entre professor e aluno: "Ei, tem como você tirar esse fone do ouvido?". Seguida de uma resposta imediata: "Não. Tem não". Risos. Isso foi o suficiente para gerar outras questões, tais como: "O que você está escutando? São músicas, histórias... o que é?". Foi só perguntar para cair uma enxurrada de canais de *podcasts* com temas sobre celebridades, curiosidades, histórias sobre a vida privada.

"Professor, na hora do intervalo compartilhamos as fofocas, *links* e também curiosidades que ouvimos nos *podcasts*. Tem também canais de educação. Isso ajuda muito no vestibular, viu". Mais risos frouxos.

Voltei para casa pensativo. Como transformar conteúdos da matéria de História em áudio? Mas, bastou olhar no *WhatsApp* para ver o grupo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena – NEABI e Núcleo sobre Gênero e Sexualidade – NUGS ambos do IFSP para encontrar a divulgação do edital de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos. Pronto. Vou montar um projeto de ensino que o/a bolsista juntamente com o seu orientador possa criar materiais de áudio, publicar numa

plataforma gratuita e depois que os/as alunos/as ouvirem seus conteúdos, vamos organizar encontros para discutir os temas apresentados nos *podcasts*. Foi aquela correria, escrever o projeto, corrigir, rescrever e mandar. Aprovado. Ufa. Mas, espera aí... depois de tudo isso, tive que escrever o edital de seleção do bolsista, volta a escrever, reescrever, receber as inscrições, entrevistas e publicar o edital com o resultado.

Após esse tumulto burocrático, conheci o bolsista **Gustavo Medeiros Zanqueti de Oliveira**. Um menino cabeludo que ama rock-roll e seu inseparável amigo **Diego Cardoso de Oliveira Lima** que ama edições de vídeo e, logo disponibilizou-se para ajudar de forma voluntária no projeto. Começamos as orientações com dias aleatórios, com indicações de leituras e discussões sobre os conceitos de gênero, sexualidade e raça.

Após algumas leituras, começamos a preparar os roteiros que iriam de textos curtos para prender a atenção do/a ouvinte até entrevistas mais longas com pesquisadores/as da área. A intenção dos conteúdos do futuro canal era provocar, evidenciar os temas e depois nos debates complementar a discussão

com conceitos teóricos. Criamos um nome e uma logo, compramos os equipamentos, microfone, adaptadores e outras coisas mais com o nosso dinheiro e começamos a gravar os roteiros. Os roteiros foram coordenados, editados e gravados no formato áudio pelo bolsista Gustavo e com a participação (gravação) do Diego. Eu, como orientador do projeto, trazia textos, discussões e possíveis temas para o canal.

Após o primeiro mês de gravação e publicação na plataforma *Spotify*, recebo algumas ligações e mensagens de professoras/es locais da cidade de Itapura-SP, Três Lagoas-MS, Selvíria-MS, Pereira Barreto-SP e também de uma cidade um pouco longe de Ilha Solteira: Registro-SP. Preciso confessar, a mensagem da cidade de Registro-SP foi da nossa companheira de luta do NUGS **Maisa Fidalgo**. Um amor de pessoa. Com essas ligações e mensagens conseguimos sentir o impacto do nosso trabalho. O projeto do nosso *podcast* ganhou forma e já estava nos ouvidos de educadores/as e alunos/as. Agora, como faço para as pessoas tirarem o fone de ouvido? Tem como pedir?



Depois de receber a informação que algumas pessoas estavam utilizando os nossos *podcasts* para o debate em sala e depois virtualmente por causa da pandemia, começamos a investigar os dados da plataforma em que inserimos o áudio. Conseguimos alguns dados interessantes. A maioria das pessoas que escutam nossos áudios se declararam 53% homens e 42% mulheres. 2% não especificaram e 3% se declararam não-binários. Ficamos felizes em saber que homens em sua maioria estão escutando o nosso canal com a temática sobre gênero, sexualidade e raça, porque, segundo Robert W. Connell (2013) o homem é uma dicotomia: agressor e vítima. Agrede mulheres e também é agredido pela sociedade machista que insiste em tratar apenas as vítimas de sua agressão.

Depois desse registro, convido você a entrar em nosso canal e conferir o material. Posso dar uma dica? Utilize o material inserido em nosso canal para trabalhar com seus/as alunos/as. Eles/as escutam os áudios e depois você realiza um debate (virtual). Isso promove encontros, conecta pessoas e ajuda a construir um mundo com novas possibilidades. Afinal, você já pensou sobre a equidade de gênero hoje? Já refletiu se suas ações ajudam ou cooperam para o empoderamento de mulheres? Se a sua fala é racista ou homofóbica? Pense nisso e entre no canal. 🏳️‍🌈

Link do Canal No IF Pod:

<https://url.gratis/aiZ66>

Nome social: um depoimento



Profa. Dra. Ana Katryna Cabrini

Lembro-me de, aos cinco anos de idade, vestir roupas femininas. É uma das imagens mais remotas que tenho, de minha infância.

Descrevo estes episódios como “relâmpagos”, pois vinham do “Nada”, e, depois, desapareciam. A vontade de ser mulher. Convivi com esses “relâmpagos” e certas fascinações femininas durante toda a vida. Mas, nunca pensei que a “Deusa” viesse, do fundo da minha Alma, se instalar para viver.

O processo foi, especialmente, doloroso por conta de uma família formada e amada. Mas, à medida que avançava uma terapia psicanalítica, eu me tornava mais segura de deixar vir esta “entidade”, que conviveu comigo por tanto tempo.

Hoje, não posso dizer que sou, totalmente, “Ana Katryna”, pois acho que este é um processo que está sempre sendo. E não sei quando irá terminar.

Mas, já assino assim. E gostaria de ressaltar a importância da instrução, neste momento, pois, sem a segurança oferecida por ela, não haveria espaço para dialogar e encontrar as brechas por onde um gênero diferente pudesse ser aceito na sociedade.

Comecei a assinar este Nome há cerca de um ano. Esparsamente e com muito receio. No trabalho, comuniquei minha chefia imediata sobre uma possível transição, e todxs se mostraram muito compreensivxs.

No entanto, não era nada oficial, e passei a buscar os meios para alterar meu nome em registros burocráticos, como o Cadastro da Pessoa Física, por exemplo. Aí, encontrei, realmente, problemas, pois a disparidade e a diversidade das informações nos deixa perplexxs. Neste ponto, a diversidade não é um benefício, pois nos desorienta, ao invés de facilitar o nosso caminho. Portanto, luto por uma consolidação das informações sobre o nome social, superando um assunto que é tabu para heteronormativxs e até mesmo para xs homonormativxs. De todas as formas de identidade, estou ciente de ter sido escolhida pela mais polêmica, talvez, ou, pelo menos, aquela que é mais alvo de preconceitos.

VOZES DE LUTA

Agradeço, imensamente, a **Dione Cabral**, por ter me indicado o caminho aparentemente fácil da alteração do Nome, no cadastro da Gestão de Pessoas do Instituto. Digo “aparentemente”, pois, até então, eu não sabia da existência deste procedimento, e o CGP de meu Campus, tampouco. Não culpo ninguém, e não há culpa a ser dada. Mas, trata-se de um exemplo de como as informações para obtenção do nome social são dissociadas de uma práxis de trabalho, por conta, mesmo, da falta de procura. Ou será o contrário? não sei.

Um exemplo similar aconteceu quando fui até uma agência dos Correios, pois, na Internet, encontrei a informação de que, ali, poderia alterar o meu CPF. Não sei, ainda, se posso, pois, na agência, fui informada de que não se fazia aquele serviço, lá. Notei na face do atendente que ele, simplesmente, ficou atônito com minha pergunta e, mesmo que a agência pudesse fazer este serviço, ele estava muito longe de sabê-lo.

O que é o Nome Social, quem pode utilizá-lo, qual é a legislação que o rege, onde se pode obtê-lo, e principalmente como.

É importante que estas informações sejam claras. Isto é muito relevante, sob o ponto de vista da visibilidade trans e do respeito à diversidade.

Aproveito que o NUGS abriu, para mim, esta oportunidade de fala, e digo que o Instituto Federal, em Avaré conta, desde 03 de maio de 2020, com um grupo de Leitura de Literatura LGBTQ+. Por conta da pandemia de Covid, só nos comunicamos por whatsapp, mas, esta iniciativa, de qualquer forma, é necessária em todos os campi, para que possamos atender a demandas de Educação no campo da sexualidade e da expressão de gênero. Como professora de Literatura, faço os meus esforços para estudar o assunto, recolher opiniões e formar grupos de pesquisa. Contatos: cabrini.paulo@ifsp.edu.br. Não tive, ainda, a ousadia, nem quis tomar o tempo, em uma época como esta, de solicitar a mudança do meu nome, no e-mail institucional. 

O que é nome social?

Nome social se refere à designação pela qual a pessoa transgênera, travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. A adoção do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero foi garantido pelo Decreto Nº 8.727, publicado em abril de 2016 pela Presidência da República. O decreto prevê o direito de solicitação da inclusão do seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação dos órgãos e entidades da administração pública federal.

Por uma educação antirracista: entrevista com Caroline Jango



Dra. Caroline Felipe Jango da Silva

Por que ainda no século XXI a escola precisa abordar as questões étnico-raciais em sala de aula?

Porque nós ainda vivemos em uma sociedade estruturalmente racista! Essa sociedade está ancorada num legado histórico de profundas desigualdades raciais advindos de um longo período escravocrata e de um pós-abolição que não rompeu com a lógica colonial. Este sistema de opressão racista permeia e constitui todas as dimensões da vida social e, obviamente, adentra o espaço educativo. Há anos os movimentos negros vêm denunciando estas assimetrias raciais e os impactos dessas injustiças na vida cotidiana da população negra no Brasil, porém, as políticas públicas que visam transformar esse cenário são extremamente recentes.

No campo da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira desde 2003, a partir da promulgação da **Lei 10.639/03**, e de história e cultura indígena desde 2008, de acordo com a **Lei 11.645/08**. Tal legislação abriu espaço para avanços na perspectiva da construção de uma educação antirracista, no entanto, existem diversas barreiras para a consolidação desses mecanismos legais. Tanto no campo da educação, como em outros espaços sociais, a discussão acerca do racismo ainda é insipiente, essa marginalização do debate e da reflexão sobre a constituição das relações étnico raciais no Brasil ainda é um resquício da ideia errônea da existência de uma democracia racial, compartilhada pelo senso comum e ainda reforçada por aqueles que se beneficiam da manutenção dessa hierarquia social e racial. A omissão das instituições educativas frente a esse debate aprofunda as desigualdades raciais e promove a manutenção da exclusão de estudantes negros e negras e da construção de trajetórias educativas marcadas pela discriminação racial. Por isso, ampliar esse debate e promover uma ação educativa que visa uma educação antirracista é urgente. Devemos nos lembrar que a escola não é a única responsável por fazer o enfrentamento ao racismo na sociedade, mas, parafraseando Paulo Freire, sem a

contribuição da escola não conseguiremos construir uma sociedade antirracista.

Quais são essas barreiras que impedem a plena consolidação da legislação que prevê a construção de uma educação antirracista?

A principal barreira é o racismo institucionalizado! Primeiramente, é preciso compreender que o espaço educativo reflete todas as diferenças existentes na sociedade, a escola é por essência um espaço de diversidade. Porém, as instituições educativas ainda são permeadas por práticas discriminatórias, ou seja, no meio acadêmico/escolar ainda há reprodução de desigualdades sociais, raciais, de gênero, entre outras. Tal contexto se dá quando a prática pedagógica não é organizada a partir do reconhecimento dessas desigualdades e quando não há um planejamento que vise a promoção das diferenças, sem hierarquiza-las. No caso dos mecanismos de discriminação racial, podemos dizer, a partir de diversos estudos já realizados, que os mesmos repousam nos discursos, nas atitudes e nas práticas pedagógicas de muitos profissionais da educação e da gestão escolar/acadêmica, sendo assim, tais posturas institucionalizam práticas discriminatórias que passam a fazer parte do cotidiano de estudantes negros e negras. Quando analisados os currículos acadêmicos/escolares e os recursos didáticos/pedagógicos das instituições de ensino é evidente que os

mesmos são conformados em uma lógica eurocêntrica, cujo os conhecimentos construídos e compartilhados não contemplam a perspectiva das africanidades, que historicamente foi alijada dos processos educativos, sofrendo um contínuo apagamento e invisibilização que fomenta uma cultura racista calcada na desvalorização das pessoas negras em função de seu pertencimento étnico racial. Para reforçar essa perspectiva de análise, posso destacar o relatório de acervo bibliográfico feito pelo NEABI no IFSP em 2016, que apontava que 56% dos câmpus não possuíam livros sobre história e cultura africana e afro-brasileira e aqueles que possuíam a média era de 4 livros.



Ademais, em minha tese de doutorado, defendida em 2018, sobre a promoção da diversidade étnico racial no IFSP, fica explícito o fato das ações educativas que propiciam a construção e o compartilhamento de conhecimentos acerca da história e cultura africana e afro-brasileira ocorrerem em porcentagem muito inferior quando comparada ao todo das ações educativas, ou seja, das 1552

ações de extensão ocorridas em 2017, apenas 51 trazia essa temática, o que corresponde à 3,28% das ações. Ademais, com esse mesmo estudo foi possível identificar que em relação ao ensino e a pesquisa, até esse mesmo ano, há uma ausência dessa perspectiva quando analisamos os documentos que norteiam a ação educativa da instituição (PDI, PPI).

Você poderia apontar as implicações do racismo associado a outras formas de discriminação e violência, no contexto escolar, por exemplo, gênero.

Gênero e raça são dimensões indissociáveis do sujeito e configuram suas relações interpessoais, bem como o lugar social destinado às pessoas. O racismo causa constrangimento, humilhação, deturpação da autoimagem, impossibilidade de construção de uma identidade negra positiva, mas além desses aspectos subjetivos do ponto de vista da construção da autoestima. O racismo também provoca evasão escolar, não acesso aos níveis mais elevados de ensino, menores salários quando da inserção no mundo do trabalho, entre outras barreiras. São obstáculos que provocam tanto um sofrimento psíquico, como também impedem a possibilidade de construção de uma vida digna do ponto de vista da subsistência, da realização profissional, etc. No âmbito educativo as trajetórias dos estudantes negros e negras é marcado pelas injúrias racistas, pela omissão da escola frente a

esse sofrimento e pela desvalorização intelectual, estética, cultural e religiosa desses sujeitos. Crianças e jovens negros e negras são educados a partir de um currículo eurocêntrico e de uma cultura escolar cujo padrão de beleza e inteligência é necessariamente atrelada a um padrão branco, masculino e heterossexual. Nesse sentido, para o segmento negro da população o direito pleno à educação está sendo ferido, no que tange o acesso à sua memória, história e cultivo da sua ancestralidade. A discriminação racial é uma das formas mais profundas de violência à que os e as estudantes negros e negras estão expostos. E essa violência também tem a sua dimensão de gênero, uma vez que estamos falando de uma sociedade estruturalmente racista e também patriarcal. Com isso, as discussões acerca do racismo no âmbito educativo, assim como em âmbito geral, devem necessariamente ser interseccionais para contemplar os impactos das opressões de gênero que também conformam a nossa sociedade.

Como professores e demais trabalhadores da Educação podem incorporar práticas pedagógicas antirracistas em nosso cotidiano escolar?

Reeducar as relações étnico raciais é um dever inerente aos profissionais da educação. Assim, é preciso primeiramente que haja um reconhecimento dessa necessidade e uma compreensão da nossa responsabilidade frente a essa ação

VOZES DE LUTA

urgente. Em segundo lugar, todos e todas precisam compreender como as relações étnico raciais no Brasil foram configuradas, entender que o fato de sermos um país miscigenado não nos torna um país harmônico. A nossa miscigenação ocorreu inicialmente de forma violenta e foi incentivada com o motivo torpe do branqueamento, ou seja, a nossa miscigenação ocorreu às custas da depreciação do preto. E, portanto, construir representações sociais positivas acerca do segmento negro, bem como construir uma identidade negra ancorada na posituação dessa culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas é um dever histórico da sociedade e necessariamente das instituições de ensino no Brasil. Costumo dizer que nós não ensinamos o que não sabemos e não aprendemos a valorizar o que não conhecemos, assim para incorporar práticas pedagógicas antirracistas em nosso cotidiano é preciso estudo, pesquisa e formação continuada. É preciso uma postura ativa de busca por novos conhecimentos que redimensionem nosso olhar para as questões étnico raciais, é necessário proceder com a descolonização do pensamento.



No último ano, você esteve à frente do Programa Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Gênero, do IFSP. Você poderia comentar quais são os resultados e lições aprendidas, no decorrer de aplicação deste programa, para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário?

Trata-se do primeiro programa de ensino-pesquisa-extensão do IFSP, considerando e fortalecendo a indissociabilidade que essas dimensões possuem, esse aspecto por si só já reflete um grande avanço institucional, mas, além disso, devemos ressaltar que essa ação é fruto de uma construção conjunta que os membros do NUGS e do NEABI articularam de forma à fortalecer a atuação desses núcleos e conseqüentemente ampliar o necessário e urgente debate acerca de gênero e raça no espaço educativo de maneira interseccional. Ou seja, uma ação ampla, multifacetada, com perspectiva na indissociabilidade que fomentou o debate acerca do racismo, do sexismo, da LGBTfobia, além de reforçar a necessária perspectiva de promover os direitos humanos. Estes aspectos tornaram essa experiência muito rica não somente para os estudantes e servidores envolvidos, mas para toda a comunidade escolar que beneficiou-se com ações como clubes de leituras, podcasts, minicursos, cines debates, visitas técnicas, etc, em atividades que envolveram ativamente grupos de imigrantes, mulheres em situações de vulnerabilidades, jovens e

VOZES DE LUTA

crianças de escola públicas, entre outras ações e públicos.

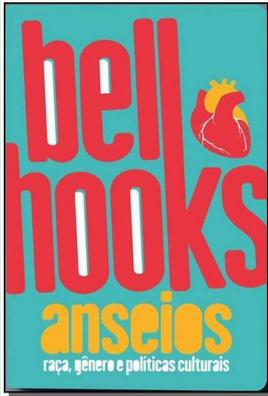
Como pesquisadora e educadora, você poderia apontar possíveis metas e caminhos para nossa instituição, no que diz respeito ao combate ao racismo, LGBTfobia e violações dos Direitos Humanos?

Nós precisamos ampliar, articular e organizar as ações já existentes de forma a institucionalizá-las como política educacional norteadora. Além disso, os núcleos que mobilizam tais ações precisam de apoio, orçamento e reconhecimento constantes. Com a atuação do NEABI, NUGS e NAPNE o IFSP tem ampliado de forma constantes. Com a atuação do NEABI, NUGS e NAPNE, o

IFSP tem ampliado de forma constante sua atuação frente o combate ao racismo, sexismo, homofobia, transfobia, capacitismo e outras violações dos direitos humanos, mas essas ações nem sempre são articuladas e nem sempre alcançam todas as unidades da nossa instituição. Ademais, tais ações muitas vezes ficam sob responsabilidade de alguns servidores ou de pequenos grupos que fazem um enfrentamento muitas vezes sem apoio institucional. Ou seja, essas devem ser ações prioritárias para garantia do direito ao acesso e a permanência, com igualdade de condições, para toda a comunidade do IFSP, como uma prática que visa a dignidade e a emancipação das pessoas.



Caroline Felipe Jango da Silva é Pedagoga do IFSP/ Campus Hortolândia, doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas. Há 15 anos dedica-se ao estudo do racismo no espaço educativo, é membra fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas do IFSP e autora do Livro "Aqui tem Racismo!": um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola.



Anseios: raça, gênero e políticas culturais (Elefante, 2019)

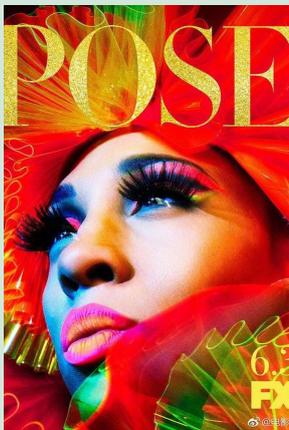
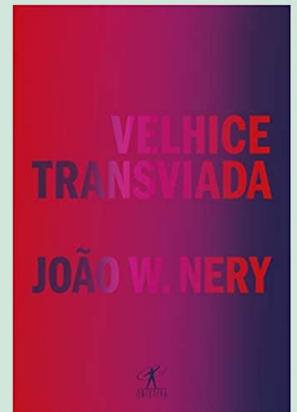
Autora: bell hooks

Em *Anseios*, estão reunidos ensaios sobre crítica cultural, escritos por bell hooks durante os anos 1980. A partir da abordagem de temas como pedagogia, pós-modernismo e política e da análise da produção de artistas como Spike Lee, Wim Wenders, Zora Neale Hurston e Toni Morrison, a autora dedica-se à reflexão sobre modos de transformação de estruturas opressoras de dominação.

Velhice transviada (Objetiva, 2019)

Autor: João W. Nery

Neste livro de reflexões e memórias, o psicólogo e escritor João W. Nery aborda as dificuldades de envelhecimento da população trans, constantemente vítima fatal do ódio e do descaso do Estado brasileiro. Aqueles que conseguiram ultrapassar a marca dos 50 anos ganham voz nas páginas de Nery e, com ele, ajudam a contar uma história, até então, invisível e silenciada.



Pose (FX Networks, 2018)

Direção: Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals

A série televisiva retrata o cenário LGBT+ na cidade de Nova York, no fim dos anos 1980. A cultura *ballroom* e a organização em *house* embalam o drama de jovens negros e latino-americanos marginalizados, tentando construir formas de sociabilidade acolhedoras e dar voz a seus sonhos.

Nanette (Netlix, 2018)

Direção: Madeleine Parry e Jon Olb

Roteiro: Hannah Gadsby

A humorista Hannah Gadsby questiona os limites do gênero comédia, a partir de uma discussão profunda e sensível sobre sua trajetória pessoal. A reflexão sobre os efeitos da comédia autodepreciativa para alguém marginalizado por sua orientação sexual e expressão de gênero é o eixo central deste stand-up às avessas.

